

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO

RAFAELA CAROLINE DA SILVA GOMES

**O PAPEL DO NUTRICIONISTA NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
EM ESCOLAS DE PERÍODO INTEGRAL: uma revisão da literatura**

João Pessoa-PB
2015

RAFAELA CAROLINE DA SILVA GOMES

**O PAPEL DO NUTRICIONISTA NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
EM ESCOLAS DE PERÍODO INTEGRAL: uma revisão da literatura**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Departamento de Nutrição da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito obrigatório para obtenção do
título de Bacharel em Nutrição.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Pragana Dantas

João Pessoa-PB
2015

G633p Gomes, Rafaela Caroline da Silva.

O Papel do nutricionista na segurança alimentar e nutricional em escolas de período integral: uma revisão da literatura / Rafaela Caroline da Silva Gomes. - - João Pessoa: [s.n.], 2015.

47f. –

Orientadora: Maria Beatriz Pragana Dantas.

Monografia (Graduação) – UFPB/CCS.

1.Segurança alimentar e nutricional. 2. Escolas. 3. Nutrição.

BS/CCS/UFPBCDU: 613.2(043.2)

RAFAELA CAROLINE DA SILVA GOMES

**O PAPEL DO NUTRICIONISTA NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
EM ESCOLAS DE PERÍODO INTEGRAL: uma revisão da literatura**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao departamento de Nutrição da Universidade Federal da Paraíba, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em saúde coletiva.

Aprovado em 06 de março de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Maria Beatriz Pragana Dantas

(Professora Dr.^a) (Maria Beatriz Pragana Dantas)
Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

Elisama Araújo de Sena

(Especialista em Saúde da Família) (Elisama Araújo de Sena)
Universidade Federal da Paraíba
Examinadora

Daniela Gomes de Brito Carneiro

(Especialista em Residência Médica) (Daniela Gomes de Brito Carneiro)
Universidade Federal de Pernambuco
Examinadora

**Dedico com muito amor este trabalho aos meus pais,
ao meu namorado, a minha irmã e a minha sobrinha.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela saúde e força concedida durante esses anos, e por ELE ter permitido que eu chegasse até aqui, me iluminando e guiando todos os meus passos durante esta longa caminhada;

A minha mãe, Eliane da Silva Gomes e ao meu pai, João Marcelino Gomes Filho, pelos ensinamentos, por terem acreditado em mim, por me darem sempre o melhor que puderam me oferecer, por nunca terem permitido que eu desistisse dos meus sonhos, por todo o apoio que me foi dado para eu chegar até aqui e por eu considerá-los como meu exemplo na perseverança pela vida;

A minha irmã, Rita de Cássia da Silva Gomes, pela paciência, pelo companheirismo, amor, carinho e dedicação que sempre teve comigo e a minha sobrinha, Maria Alícia Gomes de França por me permitir tantos momentos de alegrias;

Ao meu namorado, futuro noivo e posteriormente esposo se assim Deus permitir, Robson Alves da Silva, pela paciência, confiança, pelo amor, companheirismo, dedicação, carinho e pelas palavras de incentivo em todos os momentos;

Aos meus avós maternos, Maria Francisca da Silva e Genival Tomaz da Silva e aos meus avós paternos *in memoriam*, Maria Francisca de Sena Gomes e João Marcelino Gomes;

A todos da minha família, amigos (as) e colegas que sempre torceram por mim;

A minha orientadora, Maria Beatriz Pragana Dantas por ter-me “adotado” no momento que mais precisei e por ter sempre acreditado em meu potencial e pela confiança de sempre;
Aos meus amados mestres que me acompanharam durante a graduação por toda dedicação ao compartilhar os seus conhecimentos;

Ao Projeto de Extensão Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica em Saúde – PINAB, por ter possibilitado torna-me uma profissional de saúde humanizada;

A todos os colegas da turma 2009.2 e aos agregados, em especial a Elisama Sena, Fabrícia Souza, Aline Alves e Marla Katiely pelo companheirismo, carinho, pelas palavras de incentivo, durante essa longa jornada;

A esta instituição, pelos momentos felizes que passei junto aos meus colegas de curso, a todos os seus funcionários, “Universidade Federal da Paraíba”, deixarás muitas saudades;

A todos os funcionários da Coordenação de Nutrição e do Departamento de Nutrição pela paciência e compreensão que tiveram durante o curso;

E a todos que direta ou indiretamente colaboraram e torceram pela concretização deste sonho, o meu muitíssimo obrigada!

**“A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira
ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação
criadora e modificadora da realidade.”**

Paulo Freire

RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo relatar o papel do nutricionista na segurança alimentar e nutricional em escolas de período integral, de acordo com referências da literatura que abordem esse papel. Foi realizado um levantamento bibliográfico nas seguintes bases de dados eletrônicas e sites de busca de acesso livre e gratuito: Google Acadêmico; nos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciência da Saúde (LILACS-BIREME), National Library of Medicine (MEDLINE), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e Revista Segurança Alimentar e Nutricional (UNICAMP), como também, em livros, trabalhos de conclusão de curso, teses, dissertações e materiais do ministério da saúde e educação referentes ao intervalo de anos de 2004 a 2015. A seleção dos descritores foi realizada mediante consulta ao site Descritores em Ciências da Saúde (<http://decs.bvs.br>) em língua portuguesa e inglesa e foram utilizados os seguintes: Segurança Alimentar e Nutricional (Food Security), Serviços de Saúde para Estudantes (Student Health Services), Brasil (Brazil) Nutricionista (Nutritionist), Alimentação Escolar (School Feeding), Ciências da Nutrição (Nutritional Sciences). As escolas de período integral vêm tornando-se uma realidade na vida de grande parcela das crianças brasileiras. A demanda por esse serviço tende a aumentar com a participação cada vez mais ativa da mulher no mercado de trabalho. A alimentação saudável representa um papel importante no decorrer da vida dos indivíduos, destacando-se a fase da idade escolar, na qual a criança faz novas descobertas a cada dia, incluindo a alimentação. Sendo assim, o nutricionista é o profissional competente acerca da alimentação e nutrição incluindo as ações referentes a SAN em escolas, sendo ele o responsável por atuar no desenvolvimento de projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, promovendo, inclusive, a consciência ecológica e ambiental e, ainda, articular-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola, visando o planejamento de atividades lúdicas com o conteúdo de alimentação e nutrição, de forma a contribuir para a prática da alimentação saudável e segura.

Palavras-chaves: Segurança alimentar e nutricional, escolas, nutrição.

ABSTRACT

This paper has as its main objective to report the dietitian's role in food security and nutrition in schools, according to literature references that address this role. To this purpose, a bibliographical research was undertaken in the following online and free access databases and websites: Academic Google; in the scientific journals from the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Scientific Electronic Library Online (SciELO); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS-BIREME); National Library of Medicine (MEDLINE), Virtual Health Library (VBS), Oswaldo Cruz Foundation (FIOCRUZ) and Food and Nutritional Safety Journal (UNICAMP); as well as in books, term papers, thesis, dissertations and materials developed by the National Education and Health Bureau between 2004 and 2015. The selection of the descriptors was performed by consulting the Health Science Descriptors (<http://decs.bvs.br>) in English and in Portuguese. The following were used: Segurança Alimentar e Nutricional (Food Security), Serviços de Saúde para Estudantes (Student Health Services), Brasil (Brazil) Nutricionista (Nutritionist), Alimentação Escolar (School Feeding), Ciências da Nutrição (Nutritional Sciences). Boarding schools have become a possible reality for a significant portion of Brazilian children. The demand for this kind of service is escalating due to women's active participation in the job market. Having a healthy diet plays an important role throughout individuals' lives, mainly during school years, in which children make new discoveries every day, including eating. Therefore, the nutritionist is the professional in charge of nutrition and eating. On top of that, this professional is also responsible for the actions referring to the FNS at schools, being the one responsible to act on the development of eating and nutrition education projects to the school community and the promotion of environmental and ecological awareness as well as to plan, alongside with both the principal and the pedagogical coordinator, playful activities approaching eating and nutrition, thus contributing to a healthier and safer eating practice.

Keywords: Food and nutritional safety, schools, nutrition.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAE - CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CRN - CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS
CFN - CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS
DHAA - DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA
EE - ENTIDADES EXECUTORAS
ESF – EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA
FNDE - FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
IMC - ÍNDICE DE MASSA CORPORAL
LOSAN - LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
PAE - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
PAS – PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL
PNAB - POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA
PNAE - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
PNAN - POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
PNPS - POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE
PNSAN - POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
PIQ - PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE
POF - PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES
RT - RESPONSÁVEL TÉCNICO
SAN - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SISAN - SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SISVAN - SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 OBJETIVOS	15
2.1 OBJETIVO GERAL	15
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
3 METODOLOGIA	16
3.1 DESENHO DO ESTUDO	16
3.2 CAMINHO METODOLÓGICO	16
3.3 ASPECTOS ÉTICOS	18
4 REVISÃO DA LITERATURA.....	19
4.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	19
4.1.1 Aspectos gerais da segurança alimentar e nutricional.....	19
4.1.2 Atuação do Nutricionista: aspectos importantes em relação à Segurança Alimentar e nutricional.....	20
4.2 ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	22
4.2.1 A inserção do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	22
4.3 ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA NAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	24
4.3.1 Educação alimentar e nutricional.....	24
4.4 ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL NO CUIDADO E NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS ESCOLARES.....	26
4.4.1 Avaliação nutricional em escolas.....	26
4.4.2 A promoção da alimentação saudável na escola.....	27
4.4.3 A escola no cuidado em saúde	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34
ANEXOS	39
ANEXO A - Resolução CFN nº358/2005 dispõe sobre as atribuições do nutricionista no âmbito do PAE e dá outras providências	40
ANEXO B - Portaria nº 1010/2006 que trata das diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas no território nacional.....	44

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a escola de período integral tem sido introduzida no panorama da educação antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988, quando abriram-se as portas para a consciência do direito à educação pública de qualidade para todos (SANTOS, 2013).

A partir da criação do Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, no qual constitui-se como uma estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais (BRASIL, 2010f).

Diante da necessidade de oferecer ao estudante um serviço adequado, os modelos de organização para realização do período integral nas escolas que vêm se configurando no Brasil podem ser resumidos em duas vertentes: a primeira consiste em investir em mudanças no interior das unidades escolares, de maneira que possam oferecer condições compatíveis com a presença de estudantes e docentes em turno integral, e a segunda, que tende à articulação de instituições e projetos da sociedade que proporcionem atividades aos estudantes no horário alternativo às aulas (CAVALIERE, 2009).

Corroborando com a primeira vertente acima citada foi criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no qual consiste como uma maneira de proporcionar aos estudantes condições adequadas para a permanência dos mesmos na escola em período integral. Esse programa foi criado no ano de 1954 pelo Ministério da Saúde, formalizado em 1955 no Ministério da Educação e Cultura por meio do decreto nº. 37.106/55. O PNAE consiste também na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. Os objetivos principais do programa visavam essencialmente à redução da desnutrição do escolar e à melhoria dos hábitos alimentares (TURPIN, 2008).

O PNAE atende os estudantes de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, beneficentes e em instituições comunitárias (conveniadas com o poder

público), através da transferência de recursos financeiros. No ano de 2014 o PNAE tinha como o objetivo de beneficiar 43 milhões de estudantes da educação básica, para tanto foram disponibilizados R\$ 3,5 bilhões. A partir da implantação da Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor, destinado para o PNAE deve ser empregado na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades (BRASIL, 2014).

De acordo com Santos et al. (2007) o PNAE é considerado como um dos maiores, mais abrangentes e duradouros programas no campo da alimentação escolar do mundo, como também é caracterizado como sendo a política pública de maior longevidade do Brasil na área da segurança alimentar e nutricional.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi instituída através da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) - Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), no artigo 3º, define que

A segurança alimentar e nutricional compreende a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2010c, p.2).

O profissional de nutrição entre as suas atribuições, no âmbito do Programa de Alimentação Escolar, é responsável por realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional, calculando os parâmetros nutricionais para atendimentos da educação básica (creches, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), com base no resultado da avaliação nutricional e em consonância com parâmetros definidos pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), como também é responsável por estimular a identificação de escolares que possuem necessidades nutricionais específicas, para que recebam o tratamento adequado pelo programa. Da mesma forma, como o profissional nutricionista tem a atribuição de planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar com base no diagnóstico nutricional e nas referências nutricionais (BRASIL, 2010e).

É indispensável a atuação do nutricionista junto a indivíduos, famílias e comunidade, como também é necessária a sua contribuição na formação de profissionais do serviço e na articulação de estratégias junto aos equipamentos sociais, como as associações de moradores, as escolas, as unidades básicas de saúde e as instituições

beneficentes em prol da promoção da alimentação saudável, do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da SAN. (BRASIL, 2009d).

Assim como em outras áreas da saúde, o nutricionista juntamente com uma equipe multidisciplinar, irá permitir um melhor planejamento e concretização de políticas públicas, ou seja, é necessário que ocorra o trabalho interprofissional entre a escola e o nutricionista para que as ações de promoção e proteção à saúde dos escolares apresentem o seu objetivo almejado.

Portanto, o presente estudo tem como objetivo relatar o papel do nutricionista na segurança alimentar e nutricional em escolas de período integral, de acordo com referências da literatura que abordem esse papel, com a finalidade de mostrar a importância desse profissional nas escolas de período integral.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Revisar na literatura científica, como é abordado o papel do nutricionista na segurança alimentar e nutricional em escolas de período integral.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Relatar as abordagens que caracterizam a atuação do nutricionista em relação à alimentação escolar nas escolas de período integral;
- Caracterizar a atuação do nutricionista nas ações de educação nutricional para escolares nos trabalhos estudados;
- Conhecer qual a importância dada ao acompanhamento nutricional no cuidado e na promoção à saúde em escolares.

3 METODOLOGIA

3.1 DESENHO DO ESTUDO

De acordo com Gil (2008) a revisão de literatura caracteriza-se como um estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, estabelecida com base em materiais já elaborados, livros e artigos científicos.

O presente estudo se propôs a desenvolver uma revisão de literatura, entendida como um resumo crítico de pesquisa sobre um tema interessante e importante, com a finalidade de recuperar o conhecimento científico sobre um problema e organizá-lo ou de identificar equívocos em estudos anteriores (POLIT; BECK; HUNGLER, 2004).

3.2 CAMINHO METODOLÓGICO

O caminho metodológico foi realizado por meio das seguintes etapas:

1ª Etapa – Fontes

O levantamento bibliográfico foi realizado no período de abril a julho de 2014, abrangendo as seguintes fontes:

- Artigos científicos – houve uma busca prévia dos descritores no *site* Descritores em Ciências da Saúde (<http://decs.bvs.br>) em língua portuguesa e inglesa; a estes foram agregados os descritores encontrados nos índices dos bancos de dados bibliográficos.
Os descritores utilizados no levantamento foram: Segurança Alimentar e Nutricional (Food Security), Serviços de Saúde para Estudantes (Student Health Services), Brasil (Brazil) Nutricionista (Nutricionist), Alimentação Escolar (School Feeding), Ciências da Nutrição (Nutritional Sciences).
- Foi feita a pesquisa nas seguintes bases de dados eletrônicas e sites de busca de acesso livre e gratuito: Google Acadêmico; nos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciência da Saúde (LILACS-BIREME), National Library of Medicine (MEDLINE), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e Revista Segurança Alimentar e Nutricional (UNICAMP). Utilizou-se como padrão de inclusão os anos de publicação de 2004 a 2014, correspondendo a 10 anos de investigação científica.

- Livros - Foram pesquisados livros abordando a temática descrita, em idioma português, publicados no período de 2004 a 2014 na Biblioteca Central da UFPB.
- Trabalhos de conclusão de curso (TCC), Teses e Dissertações - Foram pesquisadas nos anos de 2004 a 2014 nos *sites* já referidos.
- Para a seleção das fontes, foram consideradas como critério de inclusão as bibliografias que abordassem a segurança alimentar e nutricional em escolas de período integral e/ou a Nutrição e as possíveis interações entre os temas e foram excluídas aquelas que não atenderam a temática.

2ª Etapa – Coleta de Dados e Seleção dos Textos:

A coleta de dados e a seleção dos textos adotaram os seguintes princípios:

- Leitura exploratória referente a todo o material selecionado, porém uma leitura rápida com o propósito de averiguar se a obra consultada é de interesse para o trabalho;
- Leitura seletiva e de forma aprofundada no que realmente interessa para o trabalho. Foram excluídos os materiais que não tinham seu foco na segurança alimentar e nutricional, assim como aqueles que não estavam dentro do período de investigação, ou seja entre os anos de 2004 a 2014.
- Registro das informações extraídas das fontes, registrando os autores, ano, métodos, resultados e conclusões.
- A leitura buscou identificar nos textos os seguintes conjuntos de palavras: segurança alimentar e nutricional, segurança alimentar nutricional, segurança alimentar, segurança alimentar e nutrição, segurança alimentar em escolas de período integral, segurança alimentar e nutricional em escolas de período integral, segurança alimentar e merenda escolar, merenda escolar e nutrição, política nacional de alimentação escolar e lei orgânica de segurança alimentar e nutricional. Os textos foram categorizados segundo esses conjuntos de palavras.

3ª Etapa –Análise e Interpretação dos Resultados

- Nesta etapa, foi realizada uma leitura analítica dos textos selecionados, com o intuito de ordenar e sintetizar as informações encontradas nas fontes, de forma que permitissem alcançar respostas aos objetivos da pesquisa. O maior número de referências foram encontradas na base de dados da sciELO nos conjuntos:

segurança alimentar e nutricional OR segurança alimentar nutricional com o total de 33 referências.

3.3 ASPECTOS ÉTICOS

Houve o comprometimento em citar os autores empregados no estudo mencionando os elementos a serem incluídos em referências e orientando a compilação e a produção das mesmas. Os dados coletados foram empregados unicamente com intenção científica.

4 REVISÃO DA LITERATURA

A partir da leitura analítica e interpretação dos textos selecionados surgiram as seguintes categorias: segurança alimentar e nutricional, segurança alimentar e nutricional nas escolas, nutrição e segurança alimentar, nutricionistas na segurança alimentar e nutricional, promoção da saúde na segurança alimentar e nutricional e promoção da saúde nas escolas. Sendo assim, os tópicos a seguir foram elaborados a partir dessas categorias e discutidos a partir do referencial teórico referente à temática do estudo.

4.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

4.1.1 Aspectos gerais da segurança alimentar e nutricional

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) pode ser considerado relativamente novo. Esse conceito passou a ser utilizado com maior frequência quando foi mencionado dentro do contexto das políticas públicas nos anos 80. Embora, ressalta-se que a inovação dos programas brasileiros de combate à fome que foram introduzidas por Josué de Castro já continham a marca da Segurança Alimentar. Porém, o brasileiro Josué de Castro, que foi um dos responsáveis em transformar o tema da fome numa bandeira política, não utilizou em sua obra a perspectiva aberta pelo conceito de Segurança Alimentar, talvez por entender que esse fosse um refinamento desnecessário (BELIK, 2012).

No Brasil, vêm desenvolvendo-se há várias décadas ações de políticas públicas direcionadas a melhorar a Segurança Alimentar e Nutricional de sua população. Entretanto, essas ações ganharam um novo impulso em 2003, quando passaram a ser uma prioridade do governo federal, juntamente com o conjunto de políticas e programas que compunham o Fome Zero. Aliado à expressiva mobilização da sociedade civil, esse esforço de governo exigiu-se, desde o princípio, o desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento e avaliação. Eles são necessários tanto no processo de implementação das ações, quanto na medida do impacto das políticas na segurança alimentar da população. Consequentemente, tornou-se essencial e urgente a definição de indicadores de SAN adequados a essas necessidades (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

Com relação a SAN do país, a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio do ano de 2008/2009 indica que 30,2% das famílias brasileiras vivem em insegurança,

sendo que 5,0% desses domicílios encontram-se em insegurança alimentar grave. Estes valores elevam-se para 43,4% e 7,5%, respectivamente quando consideram-se apenas os domicílios que possuem um morador com até quatro anos de idade (BRASIL, 2009b). Um estudo realizado na região oeste do município de São Paulo mostrou um índice altíssimo de privação, ou seja, foi constatado que 88,0% das famílias vivem em situação de insegurança alimentar (PEREIRA, et al, 2006).

No ano de 2010 a Lei nº 11.346 de 2006 foi referendada com a criação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), acrescentando outros aspectos, como a promoção, universalização e coordenação das ações voltadas para as comunidades tradicionais; a necessidade de organização de sistemas sustentáveis e descentralizados desde a produção até a distribuição de alimentos; a instituição de processos permanentes de educação, pesquisa e formação em SAN; o fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção a saúde; o apoio às iniciativas de promoção da soberania alimentar do país; e o monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2010b).

Ainda que o conceito defina SAN como um direito, apenas no ano de 2010, a alimentação, foi realmente incorporada à Constituição Federal brasileira como um direito social, através da emenda nº 64 (BRASIL, 2010a). Esse evento representa importante avanço no histórico da SAN no Brasil, na medida em que o Estado é obrigado a respeitar, promover, proteger e prover alimentação adequada a população (Brasil, 2010d). Além disso, a sua concretização é dependente da realização dos demais direitos (saúde, educação, trabalho, moradia, lazer, segurança, entre outros) e engloba duas dimensões indissociáveis: o direito de estar livre da fome e da má nutrição e o direito à alimentação adequada.

Segundo Batista Filho (2010), mesmo que não seja possível proporcionar alimentação saudável a todos imediatamente, o direito implica na necessidade do desenvolvimento de políticas intersetoriais como econômicas, sociais e educacionais para o planejamento e aplicação de ações voltadas à alimentação adequada.

4.1.2 Atuação do Nutricionista: aspectos importantes em relação à Segurança Alimentar e nutricional

O perfil profissional para atuação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) tem sido reforçado pelo Estado através de várias políticas, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), a

Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). É enfatizada a atuação do nutricionista com base na intersetorialidade, na promoção da saúde e na garantia do acesso universal aos alimentos, através da incorporação de habilidades e competências, como liderança, atenção á saúde, comunicação, administração e gerenciamento, tomada de decisões e educação permanente (BRASIL, 2010b).

Com esse cenário das políticas públicas remetendo ao tema de alimentação e nutrição, a procura por profissionais para atuarem nessa área é elevada, frente à necessidade da existência de recursos humanos para a implementação dos sistemas nacionais de saúde (HADDAD et al., 2010).

Com relação a temática da SAN e considerando que a insegurança alimentar está relacionada a problemas de acesso à alimentação adequada, esta tende a se associar com diferentes distúrbios nutricionais, inclusive àqueles relacionados à insuficiência de alimentos, como a desnutrição. Diante desta situação coloca-se a exigência de que o nutricionista atue de acordo com a realidade local, identificando as suas necessidades sociais, como também planejando ações intersetoriais necessárias para garantir o direito à alimentação adequada a população, inclusive às crianças (VIEIRA; SOUZA, CERVATO-MANCUSO, 2010).

A importância da atuação deste profissional na área da saúde é indicada pela PNAN ao enfatizar a necessidade do desenvolvimento e capacitação de recursos humanos para a concretização das ações de alimentação e nutrição, promovendo assim, a inserção do nutricionista nas equipes de saúde (BELIK, 2012).

4.2 ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

4.2.1 A inserção do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

A prática e a rotina do profissional nutricionista estão delineadas, independentemente de sua área de atuação na dietética. Especificamente na área de alimentação escolar, sua atuação está institucionalizada nos municípios, nos estados e na federação, por diretrizes regularizadoras do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que integra a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (DOMENE, 2008).

A inserção do profissional nutricionista no PNAE foi institucionalizada inicialmente pela Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, a qual foi marcante na história do programa, pois passou a permitir a descentralização dos recursos, condicionando-a à criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) (CHAVES et al., 2013). Essa lei em seu artigo 4º dispunha que

A elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados e Municípios, através de nutricionista capacitado, será desenvolvida em acordo como CAE, e respeitará os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e a preferência pelos produtos in natura (CHAVES et al., 2013, p.919).

Segundo Chaves et al. (2013), através da Medida Provisória 2.178-36, de 24 de agosto de 2001 que anulou a Lei nº 8.913/1994 por meio da escolarização, o PNAE passou a ter novo direcionamento incorporando à sua base legal a possibilidade das Entidades Executoras (EE) descentralizarem a execução do programa.

Através dessa medida a transferência dos recursos diretamente às escolas foi possibilitada aos estados e municípios. A descentralização ocasionou mudanças significativas na operacionalização do PNAE, resultando em consequências positivas para a qualidade do serviço (PEIXINHO, 2003 apud BRASIL, 2010).

A Medida Provisória 2.178-36/2001, no que diz respeito ao nutricionista, manteve a responsabilidade do profissional na elaboração dos cardápios da alimentação escolar ainda com a participação do CAE (CHAVES et al., 2013).

A presença do nutricionista à frente do Programa, ocasionou contribuições significativas para o PNAE, visto que possibilitou a inserção de outros nutricionistas à equipe técnica. Isto resultou em avanços e apontamentos importantes nas resoluções do

FNDE que normatizam o PNAE, tais como: ampliação das atribuições do nutricionista atuante no PNAE; exigência, por meio de ofícios e visitas orientadoras para a contratação do profissional como Responsável Técnico (RT) nas EE, atuação realizada em conjunto com o CFN; bem como exigências técnicas para elaboração de cardápios, como a obrigatoriedade de inserção de frutas e hortaliças e a restrição ao açúcar, sódio e gordura saturada (BRASIL, 2005; BRASIL, 2006e).

De acordo com a Resolução CFN nº358/2005 que dispõe sobre as atribuições do nutricionista no âmbito escolar, algumas das responsabilidades técnicas são:

Programar, elaborar e avaliar os cardápios, observando a adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas; o respeito aos hábitos alimentares de cada localidade e à sua vocação agrícola; a utilização de produtos da região, com preferência aos produtos básicos e prioridade aos produtos semi-elaborados e aos in natura, como também o nutricionista é o responsável por calcular os parâmetros nutricionais para atendimento da clientela com base em recomendações nutricionais, fazer avaliação nutricional e necessidades nutricionais específicas, definindo a quantidade e qualidade dos alimentos, obedecendo aos Padrões de Identidade e Qualidade (PIQ), conforme mostra na íntegra o anexo A (BRASIL, p. 3, 2010e).

4.3 ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA NAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

4.3.1 Educação alimentar e nutricional

O conhecimento da nutrição é uma construção científica que os nutricionistas, que trabalham com educação nutricional, têm criado para representar um processo cognitivo do indivíduo, relacionado à informação acerca do alimento e nutrição. Uma destas relações seria a persuasão de informações que, modificando o conhecimento do indivíduo sobre alimentos e nutrição, traria atitudes e comportamentos desejados. Apresentar estas habilidades a crianças nas escolas através do desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis, estimula e aumenta o conhecimento sobre a alimentação saudável (GAGLIANONE et al., 2006).

Com o objetivo da prevenção de doenças crônicas apontadas como uma das principais causas de morte da idade adulta, vários programas de educação nutricional vêm sendo criados em todo o mundo. Estes programas objetivam orientar qualitativamente e quantitativamente sobre a ingestão energética e de micronutrientes, além de possibilitar modificações comportamentais precocemente (DAVANÇO; TADDEI; GAGLIANONE, 2004).

A educação nutricional pode promover o desenvolvimento da capacidade de compreender práticas e comportamentos, e os conhecimentos ou as aptidões resultantes desse processo contribuem para a integração do indivíduo com o meio social, proporcionando-o condições para que possa tomar decisões para resolução de problemas mediante fatos percebidos (RODRIGUES; BOOG, 2006).

Além disso, as atitudes, o conhecimento, os comportamentos e as habilidades desenvolvidos pelas crianças e jovens através de efetivos programas de saúde em escolas, capacita-os para fazerem escolhas corretas sobre comportamentos que promovam a saúde do indivíduo, família e comunidade além de conscientizá-los de que a adoção de hábitos saudáveis trará melhor qualidade de vida (CERVATO et al., 2005).

Uma análise geral dos programas de saúde escolar brasileiro evidencia que eles preconizam a integralidade, mas exibem uma prática assistencialista e subdividida em ações isoladas, reproduzindo paradigmas da saúde, convergindo para reforçar a necessidade de implementação de uma política nacional de educação nutricional do escolar (BIZZO; LEDER, 2005).

De acordo com Santos (2005), observa-se nas mais diversas ações políticas a difusão das estratégias relacionadas à alimentação e nutrição com a promoção das práticas alimentares saudáveis. Afirma-se que essa difusão trata-se do resultado entre o cruzamento do conceito de promoção da segurança alimentar com o da promoção da saúde.

Segundo Bizzo e Leder (2005), a educação nutricional apresenta a construção coletiva do conhecimento, por meio do planejamento didático participativo com a integração entre a equipe de saúde, a escola, a criança e a família tendo como ponto de partida os conteúdos trabalhados no decorrer das ações e no momento da expressão das práticas, crenças, saberes e vivências da criança, de maneira integrada às práticas pedagógicas exclusivamente teóricas.

O conhecimento técnico-científico do profissional nutricionista, dentro desta perspectiva, seria partilhado ao ritmo da própria vivência da criança e da problematização dos conhecimentos, uma vez que a mudança nos hábitos alimentares requer não só a prescrição ou proibição de alimentos, mas, sim a sua compreensão (BIZZO; LEDER, 2005).

Os professores possuem a base para construir com os estudantes uma educação nutricional básica, porém para que estes conhecimentos sejam mais fundamentados, o nutricionista é o profissional mais indicado para fazer esse trabalho, através das práticas educativas. Entretanto, para que o nutricionista esteja mais habilitado a exercer funções de educador junto às escolas, este profissional deveria ter, ao longo de sua graduação, disciplinas exclusivas dos cursos de licenciatura, uma vez que são estas cadeiras que qualificam os diferentes profissionais para atuarem como educadores no ensino fundamental, médio e superior (VARGAS; LOBATO, 2007).

4.4 ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL NO CUIDADO E NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS ESCOLARES

4.4.1 Avaliação nutricional em escolas

A população brasileira vem sofrendo ao longo dos anos uma transição nutricional na qual é caracterizada fundamentalmente pela redução das prevalências nas deficiências nutricionais e ocorrência mais expressiva de sobrepeso e obesidade. (TARDIDO; FALCÃO, 2006; COUTINHO; GENTIL; TORAL, 2008).

Essa transição nutricional está diretamente relacionada ao sedentarismo, aumento do consumo de calorias e ao aumento da ingestão dos alimentos industrializados (TARDIDO; FALCÃO, 2006; POLLA; SCHERER, 2011). Em relação à alimentação no Brasil, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) dos anos 2008-2009 mostrou o aumento do consumo de alimentos fora do ambiente domiciliar, como também revelou que ocorreu a redução do consumo de arroz, feijão, frutas e hortaliças e que houve um aumento do consumo de alimentos industrializados e açúcar. A pesquisa também mostrou que a prevalência de excesso de peso em crianças entre cinco e nove anos foi de 25% a 30% nas Regiões Norte e Nordeste e de 32% a 40% nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (BRASIL, 2009c).

A obesidade infantil é considerada um problema de saúde pública na esfera mundial, sendo fator importante para o aumento do risco de obesidade na fase adulta e morbimortalidade por doenças relacionadas ao coração (NASCIMENTO; MUNIZ; PINHEIRO, 2010).

De acordo com Polla e Scherer (2011), a avaliação nutricional de crianças é uma maneira de analisar o estado nutricional, como também, a partir dela pode-se planejar ações de promoção da saúde, além de prevenir doenças e realizar o tratamento precoce.

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (2009), a avaliação nutricional quase sempre utiliza dados antropométricos associados ou não a inquéritos alimentares e exames bioquímicos. Na avaliação individual, os parâmetros que são relevantes são os seguintes: - anamnese clínica e nutricional (quantitativa e qualitativa); - exame físico detalhado (busca de sinais clínicos relacionados a distúrbios nutricionais); - aferição dos parâmetros antropométricos; - avaliação da composição corporal (antropometria e exames subsidiários); - exames bioquímicos.

Nessas avaliações são realizadas as aferições das medidas de peso e estatura, e para classificação do estado nutricional, são adotados como referências os parâmetros

da Organização Mundial da Saúde, segundo o sexo e a idade do escolar. Avalia-se o Índice de Massa Corporal (IMC) para a idade e a altura para a idade. E para o acompanhamento do consumo alimentar dos escolares, devem ser analisados os marcadores do consumo alimentar segundo a fase da vida (BRASIL, 2009c).

No caso de crianças e adolescentes, a avaliação nutricional não deve levar em consideração apenas a medida bruta de IMC, pois não permite uma avaliação fiel ao estado nutricional das crianças e dos adolescentes, é necessário adotar gráficos ou tabelas que permitam estabelecer a relação entre a idade e o sexo do indivíduo que está sendo avaliado. As referências para essa avaliação são aquelas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2006).

E para o acompanhamento da situação alimentar e nutricional são realizadas as ações previstas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), recomenda-se que a avaliação nutricional seja realizada pelo menos uma vez por ano, de preferência, duas vezes (BRASIL, 2009c). Porém, o banco de dados do SISVAN está sendo substituído pelo e-SUS que caracteriza-se como uma das estratégias do Ministério da Saúde para desenvolver, reestruturar e garantir a integração dos sistemas eletrônicos, de modo a permitir um registro da situação de saúde individualizado por meio do Cartão Nacional de Saúde. O nome, e-SUS, faz referência a um SUS eletrônico, cujo objetivo é, sobretudo facilitar e contribuir com a organização do trabalho dos profissionais de saúde, elemento decisivo para a qualidade da atenção à saúde prestada à população (BRASIL, 2012).

4.4.2 A promoção da alimentação saudável na escola

A Promoção da Alimentação Saudável (PAS) é um eixo estratégico da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) que confirma o compromisso do Ministério da Saúde na qualificação e ampliação das ações de promoção da saúde nos três níveis de complexidade, desafiando a proposição de uma ação transversal, integrada e intersetorial, ou seja, a Estratégia de Saúde da Família deve estar aliada a escola para que faça dialogar as diversas áreas do setor sanitário e outros setores de governo, o setor privado e não governamental, levando em consideração a qualidade de vida da população para promoção da alimentação saudável (BRASIL, 2006d).

O Ministério da Educação e Cultura juntamente com o Ministério da Saúde, considerando que a alimentação pode e deve ter função pedagógica no ambiente escolar,

instituíram a Portaria nº 1010/2006 cujo principal objetivo foi o de instituir diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de Educação Infantil, Fundamental e Ensino Médio, com a finalidade de favorecer a adoção de hábitos saudáveis no ambiente escolar. Para este fim, foi indicada a necessidade de incorporação do tema “alimentação saudável” no projeto pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano da escola e dos escolares (BRASIL, 2006b).

Estas diretrizes foram reforçadas com o sancionamento da Lei 11.947, em junho de 2009 e com a publicação da Resolução do FNDE nº. 38, em julho do mesmo ano. Segundo a Lei 11.947, a promoção da educação alimentar e nutricional, sanitária e ambiental nas escolas, deve ser resultado da ação conjunta dos profissionais da educação e do responsável técnico, o nutricionista (BRASIL, 2009a).

Segundo a Portaria nº 1010/2006 os profissionais que atuam na promoção da alimentação saudável nas escolas, incluindo o nutricionista devem:

Instituir as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar; reconhecer que a alimentação saudável deve ser entendida como direito humano, compreendendo um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas, sociais e culturais dos indivíduos, de acordo com as fases do curso da vida e com base em práticas alimentares que assumam os significados sócio-culturais dos alimentos, conforme mostra na íntegra o anexo B (BRASIL, p. 3, 2006b).

Foram elaborados dez passos para a promoção da alimentação saudável nas escolas, tendo em vista os objetivos propostos nesta portaria. Os passos são os seguintes: “**1º passo** – a escola deve definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis; **2º passo** - reforçar a abordagem da promoção da saúde e da alimentação saudável nas atividades curriculares da escola; **3º passo** - desenvolver estratégias de informação às famílias dos alunos para a Promoção da alimentação saudável no ambiente escolar; **4º passo** - sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis; **5º passo** - restringir a oferta, a promoção comercial e a venda de alimentos ricos em gorduras, açúcares e sal; **6º passo** - desenvolver opções de alimentos e refeições saudáveis na escola; **7º passo** - aumentar a oferta e promover o consumo de

frutas, legumes e verduras, com ênfase nos alimentos regionais; **8º passo** - auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis por meio de estratégias que estimulem as escolhas; **9º passo** - divulgar a experiência da alimentação saudável para outras escolas, trocando informações e vivências e **10º passo** - desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis, levando em consideração o monitoramento do estado nutricional dos escolares, com ênfase em ações de diagnóstico, prevenção e controle dos distúrbios alimentares” (BRASIL, 2006a).

De acordo com um estudo realizado por Muniz e Carvalho (2007) com escolares de João Pessoa (PB), observou-se que as crianças consideram a alimentação escolar importante, porém a grande maioria dos escolares também relataram consumir outros alimentos comprados nas cantinas e/ou trazidos de casa.

O estudo acima citado também entrevistou os pais dos estudantes, e para quase 97,9% a alimentação escolar é importante devido às condições financeiras das famílias e também por essa alimentação ser nutritiva e saudável, e para 23,3% o PNAE é fundamental para a permanência dos filhos nas escolas. Sendo assim, ficou evidente que a aceitação e a adesão da merenda escolar está diretamente vinculada à fome, ao sabor das preparações e aos hábitos alimentares (MUNIZ; CARVALHO, 2007).

Foi realizada uma pesquisa por Sturion et al. (2005) que mostrou que pouco mais de 40% dos estudantes consumiam todos os dias a merenda escolar oferecida, no entanto, os índices de consumo reduziam-se conforme aumentava a renda familiar. Assim como a participação dos estudantes mais carentes pode ser considerada baixa, em torno de 57%, ou seja, a adesão dos escolares de classe mais baixa não é satisfatória.

Tendo em vista, a expectativa da contribuição do PAE para a melhoria do estado nutricional dos estudantes e pelo seu custo operacional, de um modo geral

Pode-se inferir que a adesão diária de consumo da merenda escolar é baixa, além de ser fortemente afetada pelas variáveis socioeconômicas, idade e estado nutricional dos estudantes. Optam pela merenda escolar os estudantes mais novos, os que revelam algum comprometimento nutricional, os pertencentes aos estratos mais baixos de renda familiar per capita e aqueles cujos pais possuem menor escolaridade (STURION et al., 2005, p.179).

4.4.3 A escola no cuidado em saúde

A escola é considerada um importante espaço para o desenvolvimento de um programa de educação para a saúde entre crianças e adolescentes. Diferencia-se das

demais instituições por oferecer a possibilidade de educar através da construção de conhecimentos resultantes da comparação de vários saberes: aqueles contidos nos conhecimentos científicos veiculados pelas diferentes disciplinas; aqueles apresentados pelos estudantes e seus familiares e que expressam crenças e valores culturais próprios; os divulgados pelos meios de comunicação, muitas vezes fragmentados e desconexos, mas que devem ser levados em consideração por exercerem forte influência sociocultural; e aqueles apresentados pelos professores, constituídos ao longo de sua experiência resultante de vivências pessoais e profissionais, envolvendo crenças e se expressando em atitudes e comportamentos (BRASIL, 2009b).

De acordo com Demarzo e Aquilante (2008), a escola é um local de grande relevância para promoção da saúde, principalmente por desempenhar um papel fundamental na formação do cidadão crítico, estimulando a autonomia, o exercício de direitos e deveres, o controle das condições de saúde e qualidade de vida, com opção por atitudes mais saudáveis. As iniciativas de promoção da saúde escolar constituem ações efetivas para alcançar os objetivos citados, o que pode ser potencializado no Brasil pela participação ativa das equipes de Saúde da Família.

Entre os desafios mais importantes das ações de promoção da saúde na escola, estão: - a integração com ensino de competência para a vida em todos os níveis escolares; - a instrumentalização técnica dos professores e funcionários das escolas e dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família para apoiar e fortalecer as iniciativas; - a identificação e a vigilância de práticas de risco; - o monitoramento e a avaliação da efetividade das iniciativas, para melhorar o compromisso das escolas com a promoção da saúde de seus alunos, professores e outros membros da comunidade escolar (BRASIL, 2006c).

Dentro da vigilância em saúde, e como protagonistas corresponsáveis pela saúde e qualidade de vida da população onde estão inseridas, as Equipes de Saúde da Família (ESF) constituem-se como importantes agentes desencadeadores das iniciativas de promoção da saúde escolar em todos os espaços. Além disso, devem facilitar o acesso e a parceria das escolas com a Unidade de Saúde da Família, coordenando ações contínuas e longitudinais e promovendo a integralidade das ações e serviços em saúde em relação às demandas das escolas. Como também, as ESF podem e devem atuar de maneira ativa nos processo de educação permanente e continuada em saúde de professores, funcionários, pais e estudantes (SILVEIRA; PEREIRA, 2004).

Essa parceria deve se estruturar e solidificar levando-se em consideração os limites e as inúmeras possibilidades de atuação, do cuidado em saúde. Este é um rico desafio para os profissionais da saúde da ESF e da área da educação, e também para seus interlocutores, usuários, gestores e formuladores de políticas sociais, essa promoção da saúde deve ser de forma dinâmica e perene, não eventual, nem esporádica (BRASIL, 2006c).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da escassez de estudos sobre o papel do nutricionista na Segurança Alimentar e Nutricional em escolas de período integral, está reconhecida a importância desse profissional no ambiente escolar, uma vez que ela constitui-se um espaço importante para a formação de bons hábitos alimentares e para a educação nutricional, pois a idade escolar é a fase em que são formados os hábitos alimentares.

Este reconhecimento do papel do nutricionista está nos documentos oficiais e nas abordagens teóricas que buscam contribuir com o avanço dessa inserção nos distintos espaços previstos em leis, portarias e resoluções.

O nutricionista é o profissional que pode e deve contribuir para esta formação uma vez que, além de conduzir um programa essencial na sustentação do funcionamento das escolas, pode dar concretude às ações que envolvem a dualidade educar/cuidar, no que diz respeito à formação dos hábitos alimentares da criança.

A partir do que foi encontrado nas políticas que envolvem a alimentação escolar, elas institucionalizam que o profissional nutricionista atue como o responsável técnico para promover articulação estruturante com a área de educação junto ao governo federal, especialmente na elaboração de cardápios, assim como, o Conselho Federal dos Nutricionistas (CFN) também garante essa atuação, por meio de resoluções específicas.

Nesse sentido, a literatura enfatiza que a escola é um ambiente propício para a aplicação de programas de educação em saúde, pois a mesma está inserida em todas as dimensões do aprendizado.

Perante o papel do nutricionista na alimentação escolar, a Política Nacional de Alimentação Escolar normatiza que o nutricionista atue no planejamento, na coordenação, na direção, na supervisão e avaliação na área de alimentação e nutrição, no ambiente escolar. Deve atuar levando em consideração a realidade do grupo em que atua, adequando os recursos disponíveis, garantindo o respeito às disposições legais, para equacionar problemas identificados na comunidade à qual oferece assistência dietética.

No que se refere às medidas que fomentem a escola como ambiente de promoção da saúde e de educação alimentar e nutricional, propõe-se que o nutricionista favoreça o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar através da instituição das diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas e reconheça que a alimentação

saudável deve ser entendida como direito humano, compreendendo um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas.

Sendo assim, de acordo com a literatura consultada, o nutricionista é o profissional competente acerca da alimentação e nutrição incluindo as ações referentes a SAN em escolas, sendo ele o responsável por atuar na reversão do quadro de insegurança alimentar.

Para que isto se coloque como prática, é necessário discutir a abrangência, a intersetorialidade e a equidade das políticas de segurança alimentar e nutricional, incluindo a sua participação em ações de promoção e vigilância alimentar e nutricional, assim como é necessário que haja um número suficiente de profissionais para atuarem de acordo com a quantidade de estudantes matriculados nas escolas.

REFERÊNCIAS

- BIZZO, M. L. G.; LEDER, L. Educação Nutricional nos Parâmetros Curriculares Nacionais Para o Ensino Fundamental. **Revista de Nutrição**. [S. l.], v. 18, n. 5, p. 661-667, 2005.
- BATISTA FILHO, M. The right to food security. **Rev Bras Sau Mater Infant**. [S. l.], v. 10, n. 2, p. 153-154, 2010.
- BIBLIOTECA VIRTUAL DA SAÚDE (BVS). **Descritores em Ciências da Saúde (DeCS)**. Disponível em: <<http://decs.bvs.br>>. Acesso em: 28 de junho de 2014.
- BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN nº 358/ 2005. **Dispõe sobre as atribuições do nutricionista em âmbito do programa de alimentação escolar (PNAE) e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.
- _____. Ministério da Saúde. **Dez passos para a Promoção da Alimentação saudável nas Escolas**. Brasília, 2006a.
- _____. Ministério da Saúde e Ministério da Educação e Cultura Portaria nº 1010/2006. **Diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas no território nacional**. Brasília, 2006b.
- _____. Ministério da Saúde; Organização Pan-Americana da Saúde. **Escolas Promotoras de Saúde: experiências do Brasil**. Editora do Ministério da Saúde. Brasília, 2006c.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Portaria nº 687, de 30 de março de 2006. Política Nacional de Promoção da Saúde**. Diário oficial da União. Brasília, 2006d.
- _____. Resolução FNDE/CD nº 32/2006. **Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Diário Oficial da União. Brasília, 2006e.
- _____. Lei nº 11.947 de 16 de julho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. Diário Oficial da União. Brasília, 2009a.
- _____. Ministério da Saúde. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisas de Orçamentos Familiares 2008- 2009**, [S.l.], 2009b.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos de Atenção Básica. Saúde na Escola**. Ministério da Saúde. Brasília, 2009c.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Matriz de ações de alimentação e nutrição na atenção básica de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica.** Ministério da Saúde, Brasília, 2009d.

_____. Constituição (1988). **Emenda constitucional nº64, de 04 de fevereiro de 2010. Altera o artigo 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.** Diário Oficial da União, 2010a.

_____. Decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010. **Regulamenta a Lei nº 11.342, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências.** Brasília, 2010b.

Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/sobreoministerio/legislacao/segurancaalimentar/decretos/2010/Decreto%207.272-2010.pdf>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2014.

_____. Lei nº 11.346/2006. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).** Brasília, 2010c.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção Básica à Saúde. **Dialogando sobre o direito humano à alimentação adequada no contexto do SUS. Comunicação e educação em saúde.** Brasília, 2010d.

Disponível em:< <http://www.abrandh.org.br/curso-dialogando/apostila.pdf>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2014.

_____. Resolução CFN nº 465/2010. Conselho federal de nutricionistas. **Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências.** Brasília, p. 4, 2010e.

_____. Decreto nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre o Programa Mais Educação.** Brasília, 2010f. Disponível

em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm>. Acesso em: 06 de março de 2015.

_____. Portal do Departamento de Atenção Básica. **Sobre o e-SUS Atenção Básica.** Brasília, 2012. Disponível em:< <http://dab.saude.gov.br/portaldab/esus.php>>. Acesso em: 06 de março de 2015.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Brasília, 2014. Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 28 de junho de 2014.

BELIK, W. A Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: concepção e resultados. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 94-110, 2012.

CAVALIERE, A. M. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009.

CERVATO-MANCUSO, A. M.; DERNTL, A. M.; LATORE, M. R. D. O.; MARUCCI, M. F. N. Educação Nutricional Para Adultos e Idosos: Uma Experiência Positiva em Universidade Aberta Para a Terceira Idade. **Revista de Nutrição**. [S. l.], v. 18, n. 1, p. 41-52, 2005.

CHAVES, L. G.; SANTANA, T. C. S.; GABRIEL, C. G.; VASCONCELOS, F. A. G. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasília, v. 18, n.4, p. 917-926, 2013.

COUTINHO, J. G.; GENTIL, P. C.; TORAL, N.. A desnutrição e obesidade no Brasil: o enfrentamento com base na agenda única de nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**. [S. l.], v. 24, n.2, p.332-340, 2008.

DAVANÇO, G. M; TADDEI, J. A. A. C; GAGLIANONE, C. V. Conhecimentos, Atitudes e Práticas de Professores de Ciclo Básico, Expostos e Não-Expostos a Curso de Educação Nutricional. **Revista de Nutrição**. [S. l.], v. 17, n. 2, p. 177-184, 2004.

DEMARZO, M. M. P.; AQUILANTE, A. G. Saúde Escolar e Escolas Promotoras de Saúde. Programa de Atualização em Medicina de Família e Comunidade. **Artmed: Pan-Americana**. Porto Alegre, v. 3, p. 49-76, 2008.

GAGLIANONE, C. P.; TADDEI, J. A. A. C.; COLUGNATI, F. A. B.; MAGALHÃES, C. G.; DAVANÇO, G. M.; MACEDO, L.; LOPEZ, F. A. Nutrition Education in Public Elementary Schools of São Paulo, Brazil: The Reducing Risks of Illness and Death in Adulthood Project. **Revista de Nutrição**. [S. l.], v. 19, n. 3, p. 309-320, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, A. E.; MORITA, M. C. PIERANTONI, C. R.; BRENELLI, S. L.; PASSARELLA, T.; CAMPOS, F. E. Formação de profissionais de Saúde no Brasil: uma análise no período de 1991 a 2008. **Rev Saúde Pública**. [S. l.], v. 44, n. 3, p. 383-393, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). POF 2008 2009: desnutrição cai e peso das crianças brasileiras ultrapassa padrão internacional. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000108.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios: Segurança Alimentar 2004/2009. Disponível

em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimentar.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2014.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**. Campinas, v. 16, n.1, p.187-199, 2011.

MUNIZ, V. M.; CARVALHO, A. T. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. **Rev. Nutr.** Campinas, v. 20, n. 3, p. 285-296, 2007.

NASCIMENTO, E.; MUNIZ, G. S.; PINHEIRO, I. L. Evidências da transição nutricional em grupos de escolares entre 7 e 10 anos de idade na cidade de Camaragibe – PE. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**. [S. l.], v. 14, n. 2, p.29-36, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **WHO Child Growth Standards: Length/height-for-age, weight-for-age, weightfor-length, weight-for-height and body mass index-for-age: Methods and development**. Geneva, 2006.

PEDRAZA, D. F. Disponibilidad de Alimentos Como Factor Determinante de La Seguridad Alimentaria y Nutricional y Sus Representaciones en Brasil. **Revista de Nutrição**. [S. l.], v. 18, n. 1, p. 129-143, 2005.

PEIXINHO, A. M. L.; ABRANCHES, J.; BARBOSA, N. V. S. Políticas de Alimentação Escolar a partir da Estratégia Fome Zero. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Fome Zero: Uma História Brasileira. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, Brasília, v. 2, p. 93-103, 2010.

PEREIRA, D. A.; VIEIRA, V. L.; FIORE, E. G.; CERVATO-MANCUSO, A. M. Insegurança alimentar em região de alta vulnerabilidade social na cidade de São Paulo. **Segurança Alimentar e Nutricional**. [S. l.], v. 13, n. 2, p. 34-42, 2006.

POLLA, S. F.; SCHERER F. Perfil alimentar e nutricional de escolares da rede municipal de ensino de um município do interior do Rio Grande do Sul. **Caderno de Saúde Coletiva**. Porto Alegre, v.19, n.1, p.111-116, 2011.

POLIT, D. F.; BECK C. T.; HUNGLER B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. 5. ed. Porto Alegre (RS): Artes Médicas, 2004.

RODRIGUES, E. M. BOOG, M. C. F. Problematização como estratégia de educação nutricional com adolescentes obesos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p.923-931, 2006.

SANTOS, L. A. S. Educação Alimentar e Nutricional no Contexto da Promoção de Práticas Alimentares Saudáveis. **Revista de Nutrição**. [S. l.], v. 18, n. 5, p.681-692, 2005.

SANTOS, L. M. P. et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n.11, p. 2681-2693, 2007.

SANTOS, J. P. G. M. A escola de tempo integral no Brasil: histórico, reflexões e perspectivas. **PUC-SP**, São Paulo, 2013.

SILVEIRA, G. T.; PEREIRA, I. M. T. B. Escolas Promotoras de Saúde ou Escolas Promotoras de Aprendizagem/Educação? In: LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. Promoção de Saúde ou a negação da negação. **Vieira & Lent**. Rio de Janeiro, p. 119-133, 2004.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Avaliação nutricional da criança e do adolescente: Manual de Orientação**. São Paulo, Departamento de Nutrologia, 2009.

STURION, G. L., et al. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. **Rev. Nutr.** Campinas, v. 18, n. 2, p. 167-181, 2005.

TARDIDO, A. P.; FALCÃO, M. C. O impacto da modernização na transição nutricional e obesidade. **Revista Brasileira de Nutrição Clínica**. [S.l.], v. 21, n. 2, p.117-124, 2006.

TURPIN, M. E. **A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional**. Campinas, SP, 2008. 160 f. Dissertação (mestrado em desenvolvimento econômico). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP- São Paulo.

VARGAS, V. S; LOBATO, R. C.; O desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis: uma estratégia de educação nutricional no ensino fundamental. **Vita et Sanitas**. Trindade,v. 1, n . 01, p. 25-33, 2007.

VIEIRA, V. L.; SOUZA, J. M. P.; CERVATO-MANCUSO, A. M. Insegurança Alimentar vínculo mãe-filho e desnutrição infantil em área de alta vulnerabilidade social. **Rev Bras Sau Mater Infant**. [S. l.], v. 10, n. 2, p. 199-207, 2010.

ANEXOS

ANEXO A - Resolução CFN nº358/2005 dispõe sobre as atribuições do nutricionista no âmbito do PAE e dá outras providências.

As responsabilidades técnicas são:

Art. 2º. Os cardápios do PAE, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão elaborados por nutricionista habilitado na forma da Lei nº8.234, de 17 de setembro de 1991.

Art. 3º. Compete ao nutricionista, no exercício de atividades profissionais no âmbito do PAE, programar, elaborar e avaliar os cardápios, observando o seguinte:

I - adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas;

II - respeito aos hábitos alimentares de cada localidade e à sua vocação agrícola;

III - utilização de produtos da região, com preferência aos produtos básicos e prioridade aos produtos semi-elaborados e aos in natura.

Parágrafo único. Na elaboração de cardápios, o nutricionista deverá desenvolver as seguintes atividades:

I - calcular os parâmetros nutricionais para atendimento da clientela com base em recomendações nutricionais, avaliação nutricional e necessidades nutricionais específicas, definindo a quantidade e qualidade dos alimentos, obedecendo aos Padrões de Identidade e Qualidade (PIQ);

II - planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

III - planejar e coordenar a aplicação de testes de aceitabilidade junto à clientela, quando da introdução de alimentos atípicos ao hábito alimentar local ou da ocorrência de quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados, observando parâmetros técnicos, científicos e sensoriais reconhecidos e realizando análise estatística dos resultados;

IV – estimular a identificação de crianças portadoras de patologias e deficiências associadas à nutrição, para que recebam o atendimento adequado no PAE;

V - elaborar o plano de trabalho anual do PAE municipal ou estadual, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições;

VI - elaborar o Manual de Boas Práticas de Fabricação para o Serviço de Alimentação;

VII - desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental;

VIII - interagir com o CAE no exercício de suas atividades.

Art. 4º. Ficam definidas como atividades complementares do nutricionista no PAE:

I - coordenar, supervisionar e executar programas de educação permanente em alimentação e nutrição da comunidade escolar;

II - articular-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades lúdicas com o conteúdo de alimentação e nutrição;

III - assessorar o CAE no que diz respeito à execução técnica do PAE;

IV - participar do processo de avaliação técnica dos fornecedores de gêneros alimentícios, segundo os padrões de identidade e qualidade, a fim de emitir parecer técnico, com o objetivo de estabelecer critérios qualitativos para a participação dos mesmos no processo de aquisição dos alimentos;

V - elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio;

VI - orientar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, armazenamento de alimentos, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios da instituição e dos fornecedores de gêneros alimentícios;

VII - participar do recrutamento, seleção e capacitação de pessoal do PAE;

VIII - participar de equipes multidisciplinares destinadas a planejar, implementar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas e eventos;

IX - contribuir na elaboração e revisão das normas reguladoras próprias da área de alimentação e nutrição;

X - colaborar na formação de profissionais na área de alimentação e nutrição, orientando estágios e participando de programas de treinamento e capacitação;

XI - comunicar os responsáveis legais e, no caso de inércia destes, a autoridade competente, quando da existência de condições do PAE impeditivas de boa prática profissional ou que sejam prejudiciais à saúde e à vida da coletividade;

XII - capacitar e coordenar as ações das equipes de supervisores das unidades da entidade executora.

Parágrafo único. Compete ao nutricionista, no âmbito do PAE, zelar para que, na capacitação específica de merendeiros, assim entendidos os manipuladores de alimentos da merenda escolar, sejam observadas as normas sanitárias vigentes.

Art. 5º. Outras atribuições poderão ser desenvolvidas, de acordo com a necessidade, complexidade do serviço e disponibilidade da estrutura operacional do PAE.

Das responsabilidades técnicas e do quadro técnico:

Art. 6º. Responsável técnico é o nutricionista habilitado que responde ética, civil, administrativa e penalmente pelas atividades definidas nesta Resolução e nas demais normas baixadas pelo Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) e executadas no âmbito do PNAE.

Art. 7º. O quadro técnico será constituído por nutricionistas habilitados, que desenvolverão as atividades definidas nesta Resolução e nas demais normas baixadas pelo CFN, em consonância com as normas do PNAE, fazendo-o sob a coordenação e supervisão do responsável técnico, assumindo com este a responsabilidade solidária.

Art. 8º. A assunção da responsabilidade técnica por mais de um município executor do PNAE será permitida, a critério do Conselho Regional de Nutricionistas (CRN), observando-se o seguinte:

I - número de alunos atendidos;

II - compatibilidade de tempo para atendimento das atividades dos diferentes locais, levando em conta o tempo despendido para acesso aos locais de trabalho;

III - existência de quadro técnico; e

IV - grau de complexidade dos serviços.

Nessa mesma resolução foram definidos os parâmetros numéricos para alocação de profissionais nutricionistas para atuarem na alimentação escolar de acordo com o número de estudantes, modalidades de ensino e carga horária semanal apresentados nos quadros abaixo.

Quadro 1: Parâmetros numéricos para alocação de nutricionistas na alimentação em escolas de período integral.

MODALIDADE DE ENSINO	NÚMERO DE ESTUDANTES	NÚMERO DE NUTRICIONISTAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Creche e pré-escola	Até 500	1 RT*	Mínima 30 horas
	De 501 a 1000	1 RT+1 QT**	Mínima 30 horas
	Acima de 1000	1 RT+1 QT a cada 1000 estudantes	Mínima 30 horas

Fundamental	Até 3000	1 RT	Mínima 20 horas
	De 3001 a 5000	1 RT	Mínima 30 horas
	De 5001 a 10000	1 RT	Mínima 40 horas
	Acima de 10000	1 RT+1 QT a cada 1000 estudantes	Mínima 40 horas

*RT-Responsável Técnico

**QT-Quadro Técnico

Quadro 2: Parâmetros numéricos para alocação de nutricionistas na alimentação em escolas de período parcial.

MODALIDADE DE ENSINO	NÚMERO DE ESTUDANTES	NÚMERO DE NUTRICIONISTAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Creche e pré-escola	Até 500	1 RT*	Mínima 20 horas
	De 501 a 1000	1 RT+1 QT**	Mínima 20 horas
	Acima de 1000	1 RT+1 QT a cada 1000 estudantes	Mínima 30 horas
Fundamental	Até 5001	1 RT	Mínima 20 horas
	De 5001 a 10000	1 RT	Mínima 30 horas
	Acima de 10000	1 RT+1 QT a cada 1000 estudantes	Mínima 30 horas

*RT-Responsável Técnico

**QT-Quadro Técnico

ANEXO B - Portaria nº 1010/2006 que trata das diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas no território nacional.

Os objetivos desta portaria são:

- Instituir as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional, favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar.

- Reconhecer que a alimentação saudável deve ser entendida como direito humano, compreendendo um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas, sociais e culturais dos indivíduos, de acordo com as fases do curso da vida e com base em práticas alimentares que assumam os significados sócio-culturais dos alimentos.

- Definir a promoção da alimentação saudável nas escolas com base nos seguintes eixos prioritários:

I - ações de educação alimentar e nutricional, considerando os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais regionais e nacionais;

II - estímulo à produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola;

III - estímulo à implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de produção e fornecimento de serviços de alimentação do ambiente escolar;

IV - restrição ao comércio e à promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras; e

V - monitoramento da situação nutricional dos escolares.

- Definir que os locais de produção e fornecimento de alimentos, de que trata esta Portaria, incluam refeitórios, restaurantes, cantinas e lanchonetes que devem estar adequados às boas práticas para os serviços de alimentação, conforme definido nos regulamentos vigentes sobre boas práticas para serviços de alimentação, como forma de garantir a segurança sanitária dos alimentos e das refeições.

Parágrafo único. Esses locais devem redimensionar as ações desenvolvidas no cotidiano escolar, valorizando a alimentação como estratégia de promoção da saúde.

- Para alcançar uma alimentação saudável no ambiente escolar, devem-se implementar as seguintes ações:

I - definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis;

II - sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis;

III - desenvolver estratégias de informação às famílias, enfatizando sua corresponsabilidade e a importância de sua participação neste processo;

IV - conhecer, fomentar e criar condições para a adequação dos locais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação, considerando a importância do uso da água potável para consumo;

V - restringir a oferta e a venda de alimentos com alto teor de gordura, gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal e desenvolver opções de alimentos e refeições saudáveis na escola;

VI - aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras;

VII - estimular e auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis e no desenvolvimento de estratégias que possibilitem essas escolhas;

VIII - divulgar a experiência da alimentação saudável para outras escolas, trocando informações e vivências;

IX - desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis, considerando o monitoramento do estado nutricional das crianças, com ênfase no desenvolvimento de ações de prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e educação nutricional; e

X - incorporar o tema alimentação saudável no projeto político pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares.

- Determinar que as responsabilidades inerentes ao processo de implementação de alimentação saudável nas escolas sejam compartilhadas entre o Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

- Estabelecer que as competências das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e de Educação, dos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde, Educação e Alimentação Escolar sejam pactuadas em fóruns locais de acordo com as especificidades identificadas.

- Definir que os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição, Instituições e Entidades de Ensino e Pesquisa possam prestar apoio técnico e operacional aos estados

e municípios na implementação da alimentação saudável nas escolas, incluindo a capacitação de profissionais de saúde e de educação, merendeiras, cantineiros, conselheiros de alimentação escolar e outros profissionais interessados.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, os órgãos envolvidos poderão celebrar convênio com as referidas instituições de ensino e pesquisa.

- Definir que a avaliação de impacto da alimentação saudável no ambiente escolar deva contemplar a análise de seus efeitos a curto, médio e longo prazo e deverá observar os indicadores pactuados no pacto de gestão da saúde.